

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – DGMUC
GERENCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA "MOZAICO DE TUCURUÍ"

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO DA RDS ALCOBAÇA
DIA 15 DE ABRIL DE 2016**

1 No dia 15 de abril de 2016 às 9:30 horas, no Auditório do Mosaico Lago de Tucuruí, no município de
2 Tucuruí, inicia-se a **1ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da RDS Alcobaça** com a participação dos
3 representantes dos **Conselho da Área de Proteção Ambiental do Lago de Tucuruí, Conselho da RDS**
4 **Alcobaça e Conselho da RDS Pucuruí-Ararão**. Fazem-se presentes os representantes do **CONSELHO DA RDS**
5 **ALCOBAÇA**: Sra. Mariana Bogéa de Souza (Ideflor-bio), Sr. André Luis Fonseca Fontana(PMT), Sra. Waldecy
6 Barroso dos Santos (Comunidade Água Fria), Sra. Ana Lúcia Vasconcelos Oliveira (Comunidade Acapú II), Sr.
7 Oneildo Monteiro (Colônia de Pescadores de Tucuruí), Sr. Milton Alves dos Santos (STTR Tucuruí) e como
8 convidados e/ou ouvintes a Sra. Thaynah Bogéa B. de Souza, Sr. Reinaldo Carvalho Sousa, Sr. Gustavo
9 Ribeiro Fragoso e Sr. Marcel Silva de Oliveira, Sra. Jossandra Pinheiro (GRTUC/Ideflor-bio), Sr. Jerônimo
10 Carvalho Martins (GRTUC/Ideflor-bio), Arnaldo Fernandes Vargens, Sra Ana Matilde Boareto, Sr. Marcos
11 Vinicius Lobo, Elison Melonio da Costa (Prefeitura do Breu Branco), Sr. François Jafé da Costa Sousa
12 (EMATER), Sra. Gleiciane Felix dos Santos (APELT), Sr. Antonio F. Nunes (CECOAT), Sr. Gilberto Santos Vaz
13 (FAEPA), Sr. José Rubens Monteiro Lima (AMVILA), Sra Luana Queiroz da Silva (PMT), Sr. Jailson Trindade
14 Pereira (PMT), Sr. Milton Alves dos Santos (STTR Tucuruí), Sr. Nandiel Silva do Nascimento e Sr Wesley Silva
15 Leite(PMI), Sra. Braisia Maria Tigre D'arifa e SR. Jeyson de C Duarte (PMG), Sra. Juliane da Silva Arnaud
16 (MPA), Sr. Orivan Paes de Leão (SIMPAATUR), Sr. José do Carmo Moreira (SINPAATUR), Sr. Roquevam Alves
17 Silva (MAB), Sra. Gleiciane Felix dos Santos (APELT).A presidente do conselho saúda a todos os presentes e
18 dá início a reunião ressaltando que essa reunião conta com a presença dos conselheiros do Mosaico Lago
19 de Tucuruí, tendo em vista que a pauta é de interesse comum a todos e dando prosseguimento apresenta a
20 pauta da reunião: 1 - Situação do Licenciamento da UHE Tucuruí e Eclusas de Tucuruí; 2 - Plano de Manejo
21 do Mosaico Lago de Tucuruí e RDS Alcobaça e Pucuruí-Ararão; 3 - Apresentação do resultado das ações de
22 monitoramento e fiscalização referente ao período do Defeso 2015/2016 (Cada Secretaria Municipal de
23 Meio Ambiente deverá apresentar o resultado das ações realizadas); 4 - Termo de Cessão de Uso dos
24 Equipamentos (Carros, Lanchas e Carretas); 5 - O que ocorrer. A presidente inicia com uma apresentação
25 referente ao processo de licenciamento da UHE Tucuruí, fazendo um resgate histórico do processo de
26 licenciamento do empreendimento, seguindo a seguinte linha do tempo: **1964** - Iniciam-se os estudos
27 hídricos do potencial energético da Bacia do Rio Tocantins, **1972** - Eletrobrás inicia os estudos de Inventário
28 Hidrelétrico do Rio Tocantins, que determinaram Tucuruí como o local de maior aproveitamento. A partir
29 de julho iniciam-se os estudos acerca da viabilidade da usina, **1974** - A UHE-Tucuruí teve sua concessão
30 outorgada às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE, através do Dec. 74.279, de
31 11/07/1974 para ser construída em duas etapas. A ELETRONORTE passa a coordenar estudos do inventário
32 do Rio Tocantins, **1975** – Início do desvio do Rio Tocantins, **1977** - Início oficial das obras civis, **1979** -

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – DGMUC
GERENCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA "MOSAICO DE TUCURUÍ"

33 Elaborado Plano de Controle Ambiental, **1982** – A obra mobiliza mais de 30.200 pessoas, **1984** - Início do
34 enchimento do reservatório. Início da operação da primeira turbina (09 de novembro) e inauguração oficial
35 com a operação da segunda turbina, **1985** – Início da operação da terceira, quarta e quinta turbinas e
36 conclusão da Operação Curupira, com resgate de 282 mil animais, **1992** - Conclusão da primeira fase com a
37 operação da 12ª turbina (5 de novembro), totalizando 4.245 MW de potência instalada. Em **1997** – Início do
38 **processo de Licenciamento Ambiental solicitando Licença de Operação da 1ª Etapa e Licença de**
39 **Instalação da 2ª Etapa).** **1998** – Emissão da 1ª Licença de Operação da UHE Tucuruí - LO Nº 274/98 emitida
40 em 01/06/98 com validade até 31/05/99 (1ª Etapa) e Licença de Instalação da UHE Tucuruí - LI Nº 046/98
41 emitida em 01/06/98 (2ª Etapa). Início das obras civis da segunda etapa, em **1999** – LICENÇA DE OPERAÇÃO
42 Nº 1031/99. Emitida Em 01/10/99 com validade até 30/09/01 – LICENÇA DE OPERAÇÃO DA UHE TUCURUÍ
43 1ª ETAPA e LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 097/99 Emitida Em 01/10/99 com validade Até 30/09/01 - LICENÇA
44 DE INSTALAÇÃO DA UHE TUCURUÍ – 2ª ETAPA - Instalação de 11 Unidades de 375 MW. No ano de **2000** – A
45 Eletronorte, sob a justificativa da necessidade de promover o aumento da oferta de energia elétrica,
46 solicita a elevação do nível do reservatório para a cota 74m, com a instalação de vigas espelho no
47 vertedouro da UHE Tucuruí. Em **2001** - Conclusão das obras de terraplenagem e início da montagem
48 eletromecânica dos equipamentos, **2002 LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 0234/02 emitida em 07/03/02.** Com
49 Validade de 15/03/02 até 14/03/03 - Elevação do Nível Máximo do Reservatório da UHE Tucuruí, passando
50 da cota 72 para 74m, Aprovação do Plano de Inserção Regional – PIRTUC e Conclusão da Barragem de terra
51 e enrocamento, em **2003 – NOTIFICAÇÃO Nº 031/03 de 15/01/2003** - A Licença de Operação que
52 acompanha esta notificação torna sem efeito a licença nº 234/02, emitida para operação da usina na cota
53 74m; **As licenças de Operação Nº 1094/2001 e de Instalação Nº 220/2001 expedida em 24/10/2001 foram**
54 **prorrogadas automaticamente até 09/01/2003;** É aprovado o Plano de Desenvolvimento Sustentável à
55 Jusante – PDJUS e em **2004** – Início da implantação do Mosaico de unidades de Conservação e do Parque
56 Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas e Aprovação do Convênio do Projeto de Ordenamento
57 Territorial da Região a Jusante da UHE Tucuruí; **2005 – Licença de Operação Nº 1008/2005 para UHE**
58 **Tucuruí e 2009** - LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 3024/09 emitida em 07/07/09 com validade até 06/07/13 -
59 Licenciamento da 1ª e 2ª Etapa UHE Tucuruí Capacidade de 8.730 MW - Área Alagada 300.700 Hectares.
60 **2013** – ELETRONORTE solicita renovação da LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 3024/09. **2014** – Conselho Gestor
61 da APA Lago de Tucuruí apresenta manifestação a respeito do processo de Renovação da Licença de
62 Operação da UHE Tucuruí, apresentando sugestões de medidas mitigadoras propostas para constituir
63 condicionantes (PARECER Nº 03/2013). **2016** - O processo encontra-se em análise na SEMAS. A presidente
64 ressalta que, de acordo com a demanda apresentada pelo Governador do Estado Sr. Simão Jatene e do
65 Secretario de Meio Ambiente do Estado, o processo de licenciamento deverá ser revisado. Para tal, a
66 gestora realizou um levantamento do processo de Licenciamento cujo objetivo era identificar as
67 condicionantes que foram cumpridas e as que não foram cumpridas pela empresa, tendo em vista as

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – DGMUC
GERENCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA "MOSAICO DE TUCURUÍ"

68 inúmeras denúncias apresentadas pelos representantes do municípios impactados e da sociedade civil. A
69 gestora antecipa que de acordo com o levantamento realizado até o presente momento foram
70 identificados alguns equívocos no referido processo, ressalta ainda, que diversos programas que foram
71 apresentados como propostas de mitigação ou não foram implantados em sua totalidade e/ou sequer
72 implantados, apesar do representante da empresa dar tais programas como encerrados ou concluídos, se
73 faz necessário que os mesmos sejam revistos. Sr. Andre Luis Fontana (PMT) informa que, desde 2013, a
74 Secretaria de Meio Ambiente do Município de Tucuruí e de Novo Repartimento solicitaram apoio da ELN
75 para realizar ações de gestão e monitoramento, e a resposta da empresa à solicitação foi negativa. No que
76 se refere à manifestação realizada pelo Conselho da APA do Lago de Tucuruí, a equipe técnica da SEMAS já
77 emitiu um parecer que, apesar de não ter sido cadastrado, ainda poderá sofrer alterações. Ainda assim,
78 algumas das propostas do conselho foram rejeitadas, entretanto está Gerência questionará o parecer
79 tendo em vista que as propostas estavam pautadas no Plano de Inserção Regional (PIRTUC e PDJUS), que
80 tinham como objetivo mitigar os impactos ocasionados pelo empreendimento. Assim sendo, a presidente
81 solicita aos conselheiros, tanto do setor público quanto da sociedade civil, se manifestem oficialmente
82 junto a SEMAS, tendo em vista que até o presente momento apenas a Prefeitura de Tucuruí se manifestou
83 por parte do poder público, e da sociedade civil, apenas a CECOAT encaminhou documento com sua
84 manifestação voltada ao setor da pesca. Quando questionada a respeito dos possíveis erros ocasionados
85 pela equipe técnica da SEMAS, a presidente ressalta que tais limitações existem de fato, lembra que a
86 demanda da SEMAS é grande e que temos limitações de pessoal, de infraestrutura e logística, reconhece
87 que tais fatos contribuem de forma significativa para que tais equívocos ocorram e que entende que este
88 seja o momento mais propício para corrigir tais equívocos, pois entende que estamos agindo de forma
89 integrada e dessa forma poderemos contribuir com a equipe técnica do licenciamento através do
90 fornecimento de informações. A presidente questiona ainda que nas obras do PIRTUC os municípios
91 tenham entrado com contrapartida, tendo em vista que se tratava de uma condicionante, onde os
92 municípios deveriam ser contemplados, assim sendo, a responsabilidade financeira deveria ter sido da
93 empresa. Dando sequência à reunião no item 2 - Plano de Manejo do Mosaico Lago de Tucuruí e RDS
94 Alcobaça e Pucuruí-Ararão, a presidente informa que o processo encontra-se em fase de finalização para
95 que ocorra a licitação para contratação da empresa, solicita o apoio dos conselheiros no sentido de
96 divulgarem a licitação e acompanharem de perto o processo, tão logo a gestora tenha confirmada a data do
97 pregão eletrônico avisará aos conselheiros. No que se refere ao item 3 da pauta -Apresentação do
98 resultado das ações de monitoramento e fiscalização referente ao período do Defeso 2015/2016. A
99 presidente solicita que cada Secretaria Municipal de Meio Ambiente apresente o resultado das ações de
100 monitoramento e fiscalização realizadas durante o período do defeso 2015/2016, apresentando os
101 resultados das ações realizadas com os equipamentos cedidos aos municípios. Para dar início as
102 apresentações, a presidente passa a palavra ao Sr. Arnaldo Vargem (PMBB), que agradece o empenho

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – DGMUC
GERENCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA "MOSAICO DE TUCURUÍ"

103 deste conselho no que se refere à garantia dos equipamentos, porém, ressalta que o Estado não cumpriu
104 com os compromissos assumidos, assim sendo, as ações ocorreram de forma limitadas, tendo em vista as
105 limitações financeiras e de pessoal do município. Informa que foram realizadas 3 grandes ações no Lago de
106 Tucuruí, estas ações foram realizadas em parceria com o município de Tucuruí, tais operações resultaram
107 na apreensão de um pouco mais de 1 tonelada de pescado e apreensão de um número considerável de
108 malhadeiras. Os peixes apreendidos foram doados a comunidade de Breu Branco, com o acompanhamento
109 da Secretaria de Assistência Social do município. A palavra é franqueada ao chefe da equipe de fiscalização
110 de Breu Branco – Marcos Vinicius (SEMASA) , que realiza apresentação referente às ações realizadas
111 durante o período do defeso. Na sequência, a palavra é franqueada ao representante de Goianésia que em
112 sua apresentação ressalta que nos meses de novembro e dezembro não foram realizadas ações de
113 fiscalização por falta de infraestrutura e que, a partir da entrega dos equipamentos realizada pelo Ideflor-
114 bio, as ações começaram a ocorrer no mês de janeiro, sendo que as ações ocorreram por terra em função
115 do nível do lago estar inviável para a realização da ação, apresentando-se muito baixo, inviabilizando a
116 navegabilidade. Porém, é importante deixar registrada a dificuldade de se fiscalizar a região com tantas
117 vicinais. Durante as operações foram apreendidos aproximadamente 500 Kg de pescado no total e estes
118 foram doados a população local. Outro ponto que impossibilitou a continuidade das ações foram os
119 assassinatos do prefeito de Goianésia – João Gomes (Russo) e de um vereador – José Ernesto da Silva
120 Branco, o que praticamente paralisou as ações no município. Foi apreendida, ainda, uma carga viva de 30
121 arraias, que após os procedimentos administrativos foi devolvida a natureza. Na sequência, a palavra foi
122 franqueada ao município de Itupiranga onde os fiscais relataram que foram desenvolvidas algumas ações
123 por terra e por água e que estas resultaram na apreensão de várias malhadeiras e de 800 kg de pescado,
124 ressaltam que o problema de amarradouros no município é grave tendo em vista que foram identificados
125 mais 70 amarradouros apenas nas proximidades de Itupiranga e Nova Ipixuna. Assim sendo, solicitam que
126 sejam realizadas ações conjuntas no sentido de minimizar tais problemas. Outro ponto é a necessidade de
127 se garantir o apoio de policiais para acompanhar as equipes, pois na última operação a equipe se deparou
128 com uma plantação de maconha, o que resultou em uma série de ameaças a equipe de fiscais. Na
129 sequência, a apresentação foi realizada pelo município de Tucuruí, onde os fiscais iniciaram a sua
130 apresentação com as ações de educação ambiental que antecederam o período do defeso e, na sequência,
131 apresentaram os resultados das ações desenvolvidas tanto por terra quanto por água que resultaram na
132 apreensão de mais de uma tonelada de pescado e uma carga de estacas (acapu), além de vários
133 equipamentos de mergulho, arpões e malhadeiras. A carga apreendida foi doada às instituições: Casa de
134 Apoio a Gestante, Centro de Apoio Psicossocial - CAPS, Associações e moradores de bairros carentes de
135 Tucuruí. O Sr. Andre Fontana (PMT) se manifesta contrário às ações por entender que estas não solucionam
136 o problema e sugere que sejam realizados os acordos de pesca, pois entende que o problema da pesca
137 predatória só será solucionado a partir da colaboração e participação da sociedade. O Sr. Roquevam Alves

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – DGMUC
GERENCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA "MOSAICO DE TUCURUÍ"

138 (MAB), lembra que os acordos já foram discutidos na região e que não funcionaram, pois a própria
139 comunidade não aceita cumprir as regras e normas propostas nos acordos, ressalta a migração de pessoas
140 oriundas de vários lugares como outro fator que dificulta a regularização dos acordos. Sr. Antonio Nunes
141 (CECOAT), afirma que, se os municípios não integrarem as ações e fizerem fiscalização no lago, logo não
142 teremos mais peixes, antes não tinha infraestrutura, agora falta combustível, se arrumar o combustível
143 faltará o rancho, e enquanto isso o lago vem sendo depredado. Para solucionar tal conflito é proposto que
144 os secretários de meio ambiente se unam e planejem ações integradas, para tal solicitem o apoio do Estado
145 para garantir o policiamento. É feita a pausa para o almoço às 12:30hs, com retorno às 13:30hs. Na
146 sequência é tratado o item 4 da pauta - Termo de Cessão de Uso dos Equipamentos (Carros, Lanchas e
147 Carretas), onde a presidente informa que serão realizadas visitas aos municípios para fiscalizar os
148 equipamentos e a sua utilização, garantindo que a utilização dos mesmos estejam atendendo os objetivos
149 do Termo de Cessão de Uso (Revisão dos equipamentos, seguro, manutenção, etc). Finalizado os itens da
150 pauta, a presidente solicita o apoio dos conselheiros das RDS Alcobaça e Pucuruí-Ararão para garantir a
151 renovação dos conselhos, pois no caso da RDS Alcobaça, o processo de renovação se deu através da
152 chamada pública e que apesar dos esforços não houve entidades interessadas em ingressar no conselho,
153 assim sendo, a presidente solicita o apoio de todos para que este processo possa ser concluído de fato e de
154 direito. E desejando a todos um bom retorno a presidente agradece a presença e às 17:00hs, dá
155 porfinalizada a reunião. Eu, Gleiciane Félix dos Santos, redigi esta ata, que deverá ser aprovada na próxima
156 reunião do conselho e referendada por lista de presença em anexo.